



## **MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE EXECUTORA DE CONTROLE INTERNO SOBRE A PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL – GESTÃO<sup>1</sup>**

**Emitente:** Controladoria Geral Interna

**Entidade:** Prefeitura do Município de Santa Maria de Jetibá

**Gestor responsável:** Ronan Zocoloto Souza Dutra

**Exercício:** 2025

### **1. RELATÓRIO**

#### **1.1. Introdução**

Em observância ao disposto no artigo 74 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, a presente Unidade de Controle Interno procedeu, no exercício anteriormente mencionado, à realização de atividades de controle com a finalidade de prestar apoio ao controle externo no desempenho de sua missão institucional, em consonância com os princípios da legalidade, legitimidade e economicidade.

Na sequência, são apresentados os pontos de controle previamente selecionados para análise, conforme previsto no Plano Anual de Auditoria Interna PAAI/2025, instituído pelo Decreto nº 123/2025, os quais são elencados na Tabela Referencial 1, da Instrução Normativa nº 68, de 08 de dezembro de 2020, do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, bem como os procedimentos metodológicos adotados, seguidos das respectivas constatações, recomendações e proposições formuladas, culminando, ao final, na emissão de parecer conclusivo por esta unidade.

Cumprе destacar que, dentre os itens objeto de avaliação, parcela significativa foi examinada por meio da análise de relatórios extraídos de sistemas informatizados utilizados pelo

---

<sup>1</sup> Artigos 82, § 2º da Lei Complementar 621/2012 c/c artigos 135, §4º, 137, IV e 142 do RITCEES (aprovado pela Resolução TC-261/2013)



**Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

ente municipal, bem como por verificações in loco junto às respectivas unidades administrativas.

Registra-se, ainda, que determinados itens elencados não foram submetidos a procedimentos formais de auditoria, sendo analisados por meio de verificações documentais, consultas a sistemas, análise de processos administrativos e levantamento de informações pertinentes.

Ressalta-se que, em diversos casos, a normativa aplicável previa a realização de auditoria governamental de conformidade como procedimento ideal. Contudo, em razão de limitações de ordem temporal, não foi possível executar integralmente a metodologia originalmente sugerida, sendo adotados, alternativamente, procedimentos de verificação simplificada, sem prejuízo da análise dos aspectos considerados relevantes.

Por fim, apresenta-se, a seguir, síntese consolidada das avaliações realizadas no período em referência.

<b>Nº do Ponto de Controle</b>	<b>Assunto</b>	<b>Auditor Público Interno responsável pela análise</b>	<b>Matrícula/Conselho de Classe</b>
1.3.1	Bens em estoque, móveis, imóveis e intangíveis – registro contábil compatibilidade com inventário.	Amanda Lima Félix Veloso	53.232 / CRC/ES nº 23361/O
1.3.3	Disponibilidades financeiras – depósito e aplicação em instituições financeiras Oficiais	Amanda Lima Félix Veloso	53.232 / CRC/ES nº 23361/O
1.3.4	Disponibilidades financeiras – depósito e aplicação confirmação externa	Amanda Lima Félix Veloso	53.232 / CRC/ES nº 23361/O
1.3.5	Dívida ativa e demais créditos tributários – conciliação do demonstrativo do sistema tributário com as demonstrações contábeis	Amanda Lima Félix Veloso	53.232 / CRC/ES nº 23361/O
1.3.6	Dívida ativa e demais créditos tributários – cobrança regular	Amanda Lima Félix Veloso	53.232 / CRC/ES nº 23361/O
2.2.28	Pagamento de passivos – ordem	Amanda Lima Félix Veloso	53.232 / CRC/ES



**Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

	cronológica das exigibilidades		nº 23361/O
2.2.31	Despesa – liquidação	Amanda Lima Félix Veloso	53.232 / CRC/ES nº 23361/O
2.2.32	Pagamento de despesas sem regular liquidação	Amanda Lima Félix Veloso	53.232 / CRC/ES nº 23361/O
2.3.1	Passivos contingentes – reconhecimento de precatórios judiciais	Amanda Lima Félix Veloso	53.232 / CRC/ES nº 23361/O
2.3.2	Dívida pública – precatórios – pagamento	Amanda Lima Félix Veloso	53.232 / CRC/ES nº 23361/O
2.5.2	Base de cálculo de contribuições - RPPS	Gabriel Bastos Plantickow	053233
2.5.4	Alíquota de contribuição – Retenção e recolhimento	Gabriel Bastos Plantickow	053233
2.5.5	Guia de recolhimento de contribuições previdenciárias	Gabriel Bastos Plantickow	053233
2.5.7	Servidores cedidos	Gabriel Bastos Plantickow	053233
2.5.10	Parcelamento de débitos previdenciários – Autorização Legal	Gabriel Bastos Plantickow	053233
2.5.22	Contabilização da amortização do déficit atuarial	Gabriel Bastos Plantickow	053233
2.5.26	Censo Atuarial	Gabriel Bastos Plantickow	053233
2.6.4	Pessoal – teto	Amanda Lima Félix Veloso	53.232 / CRC/ES nº 23361/O
2.7.2.1	Registro de Admissões – envio ao TCE	Gabriel Bastos Plantickow	053233
2.7.2.2	Registro de Admissões – apreciação do controle interno	Gabriel Bastos Plantickow	053233



## 2. ITENS AVALIADOS

Código	Objeto /Ponto de Controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Seleccionada
1.3.1	Bens em estoque, móveis, imóveis e intangíveis – registro contábil compatibilidade com inventário.	2026-7VDHJ	Lei 4.320/1964, arts. 94 a 96, NBCTSP 4, 7 a 10, IN TC 36, Anexo único, item 7,8,9,15, 16 e 18	Verificar se foi levantado o inventário anual dos bens em estoque, móveis, imóveis e se os registros patrimoniais foram evidenciados no Balanço Patrimonial, bem como se foram evidenciados os registros patrimoniais das variações decorrentes de depreciação, amortização ou exaustão, e as devidas reavaliações.	Total em Bens em Estoque e Ativo Imobilizado R\$ 252.112.697,09.	Total em Bens em Estoque e Ativo Imobilizado R\$ 252.112.697,09.
1.3.3	Disponibilidades financeiras – depósito e aplicação em instituições	2026-N1R19	LC 101/2000, art. 43 c/c § 3º, do artigo 164 da CRFB/88.	Avaliar se as disponibilidades financeiras foram depositadas em instituições financeiras oficiais.	Extratos Bancários R\$ 75.969.183,47.	Extratos Bancários R\$ 75.969.183,47.



**Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

	financeiras Oficiais					
1.3.4	Disponibilidades financeiras – depósito e aplicação confirmação externa	2026-N1R19	Lei 4.320/1964, arts. 94 a 96.	Confrontar os valores registrados nas contas correntes e aplicações financeiras com os extratos bancários no final do exercício.	Extratos Bancários R\$ 75.969.183,47.	Extratos Bancários R\$ 75.969.183,47.
1.3.5	Dívida ativa e demais créditos tributários – conciliação do demonstrativo do sistema tributário com as demonstrações contábeis	2026-90JH3	Lei 4.320/1964, arts. 94 a 96.	Verificar se o demonstrativo contendo os valores inscritos em dívida ativa do sistema tributário estão em conformidade com os valores registrados no Balanço Patrimonial e Balancete Contábil	Dívida Ativa Total R\$ 7.616.247,83.	Dívida Ativa Total R\$ 7.616.247,83.
1.3.6	Dívida ativa e demais créditos tributários – cobrança regular	2026-90JH3	LC 101/2000, art. 11.	Avaliar se foram adotadas medidas com vistas à cobrança da dívida ativa e dos demais créditos tributários de competência do ente	Dívida Ativa Total R\$ 7.616.247,83.	Dívida Ativa Total R\$ 7.616.247,83.

Rua Dalmácio Espíndula, nº 115, Centro, Santa Maria de Jetibá, ES



**Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá**  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

				da federação.		
2.2.28	Pagamento de passivos – ordem cronológica das exigibilidades	2026-G29CQ	Lei 8.666/1993, arts. 5º e 92, c/c CRFB/88, art. 37.	Avaliar se os passivos estão sendo pagos em ordem cronológica de suas exigibilidades.	Liquidações de 11/2025 - R\$16.001.593,79.	Liquidações de 11/2025 - R\$ 3.722.449,69.
2.2.31	Despesa – liquidação	2026-84FKQ	Lei 4.320/1964, art. 63.	Avaliar se foram observados os pré-requisitos estabelecidos no artigo 63 da Lei Federal nº 4.320/64 para a liquidação das despesas.	Processos de Liquidação R\$ 6.860.919,12.	Processos de Liquidação R\$ 505.500,61.
2.2.32	Pagamento de despesas sem regular liquidação	2026-84FKQ	Lei 4.320/1964, art. 62.	Avaliar se houve pagamento de despesa sem sua regular liquidação.	Processos de Liquidação R\$ 6.860.919,12.	Processos de Liquidação R\$ 505.500,61.
2.3.1	Passivos contingentes – reconhecimento de precatórios judiciais	2026-8J8TB	CRFB/88, art. 100. /Lei nº 4.320/64, arts. 67 e 105 c/c NBC TSP Estrutura Conceitual,	Avaliar se os precatórios judiciais estão sendo devidamente reconhecidos e evidenciados no balanço patrimonial, observando-se as rubricas previstas no PCASP. E se os passivos contingentes estão sendo devidamente reconhecidos e	Balanço Patrimonial	Balanço Patrimonial

Rua Dalmácio Espíndula, nº 115, Centro, Santa Maria de Jetibá, ES



**Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá**  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

			item 3.10	evidenciados em contas de controle, observando-se as rubricas previstas no PCASP.		
2.3.2	Dívida pública – precatórios – pagamento	2026-8J8TB	CRFB/88, art. 100 c/c Lei 4.320/64, art. 67.	Avaliar se os precatórios judiciais estão sendo objeto de pagamento, obedecidas as regras de liquidez estabelecidas na CRFB/88.	Balanço Patrimonial	Balanço Patrimonial
2.5.2	Base de cálculo de contribuições - RPPS	2026-L0741	CRFB/88, art. 40 e 195; LRF, art. 69; Lei 9.717/1998, art. 1º.	Verificar a existência de uma base de contribuição regulamentada no ente e se contribuições previdenciárias estão sendo calculadas e retidas respeitando essa base de cálculo.	Informações requeridas ao Instituto de Previdência dos Servidores de Santa Maria de Jetibá e à Gerência de RH da Prefeitura de Santa Maria de Jetibá; informações presentes no site institucional.	Informações requeridas ao Instituto de Previdência dos Servidores de Santa Maria de Jetibá e à Gerência de RH da Prefeitura de Santa Maria de Jetibá; informações presentes no site institucional.
2.5.4	Alíquota de contribuição –	2026-L0741	CRFB/88, art. 40; LRF, art.	Verificar se os descontos previdenciários e as contribuições	Informações requeridas ao Instituto de	Informações requeridas ao Instituto de

Rua Dalmácio Espíndula, nº 115, Centro, Santa Maria de Jetibá, ES



**Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

	Retenção e recolhimento		69; Lei 9.717/1998, arts. 1º e 3º.	patronais estão obedecendo as alíquotas de contribuição estabelecidas conforme a legislação.	Previdência dos Servidores de Santa Maria de Jetibá e à Gerência de RH da Prefeitura de Santa Maria de Jetibá; informações presentes no site institucional.	Previdência dos Servidores de Santa Maria de Jetibá e à Gerência de RH da Prefeitura de Santa Maria de Jetibá; informações presentes no site institucional.
2.5.5	Guia de recolhimento de contribuições previdenciárias	2026-L0741	CRFB/88, art. 40; LRF, art. 69; Lei 9.717/1998 art. 1º.	Verificar a existência de emissão de guia de recolhimento das contribuições previdenciárias devidas ao RPPS, nas unidades gestoras.	Informações requeridas ao Instituto de Previdência dos Servidores de Santa Maria de Jetibá e à Gerência de RH da Prefeitura de Santa Maria de Jetibá; informações presentes no site institucional.	Informações requeridas ao Instituto de Previdência dos Servidores de Santa Maria de Jetibá e à Gerência de RH da Prefeitura de Santa Maria de Jetibá; informações presentes no site institucional.
2.5.7	Servidores cedidos	2026-L0741	CRFB/88, art. 40; LRF, art.	Verificar se o RPPS é cientificado formalmente ou é parte do	Informações requeridas ao Instituto de	Informações requeridas ao Instituto de

Rua Dalmácio Espíndula, nº 115, Centro, Santa Maria de Jetibá, ES





**Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá**  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

			69; Lei contrato/termo de cessão de Previdência dos 9.717/1998 art. servidores. Previdência dos 1º; Portaria Servidores de Santa MTP Maria de Jetibá e à 1.467/2022, art. Gerência de RH da 4º, inc. I, 19 e Prefeitura de Santa 24. Maria de Jetibá; informações presentes no site institucional.	Previdência dos Servidores de Santa Maria de Jetibá e à Gerência de RH da Prefeitura de Santa Maria de Jetibá; informações presentes no site institucional.
2.5.10	Parcelamento de 2026-DVN95 débitos previdenciários – Autorização Legal		CRFB/88, art. Verificar se os acordos de 40; parcelamentos tiveram autorização LRF, art. 69; legislativa por se tratar de dívida Lei 9.717/1998, fundada. art. 1º; Portaria MTP 1.467/2022, art. 14 a 17.	Informações requeridas ao Instituto de Previdência dos Servidores de Santa Maria de Jetibá e à Gerência de RH da Prefeitura de Santa Maria de Jetibá; informações presentes no site institucional.
2.5.22	Contabilização da 2026-PLPM6 amortização do		MCASP; portaria	Verificar se houve a correta contabilização dos repasses das
				Informações presentes no site institucional;
				Informações presentes no site institucional;

Rua Dalmácio Espíndula, nº 115, Centro, Santa Maria de Jetibá, ES



**Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

	déficit atuarial		MTP .467/2022, art. 55.	amortizações do déficit ao RPPS pela Unidade Gestora devedora, bem como do reconhecimento da receita pelo RPPS em conta específica do plano de contas.	informações requeridas ao Instituto de Previdência dos Servidores	informações requeridas ao Instituto de Previdência dos Servidores
2.5.26	Censo Atuarial	2026-VHD7Q	Lei 10.887/2004, art. 3º; Portaria MTP 1.467/2022, art. 47.	Verificar se o ente realiza censo atuarial de todos os servidores ativos, aposentados e pensionistas, com a atualização de todos os dados cadastrais necessários para manutenção de base de dados adequada.	Informações Gerenciais	Informações Gerenciais
2.6.4	Pessoal – teto	2026-QWTVL	CRFB/88, art. 37, inciso XI.	Avaliar se o teto remuneratório dos servidores públicos vinculados ao órgão obedeceu ao disposto no artigo 37, inciso XI, da CRFB/88.	R\$ 73.710.328,11.	R\$ 11.785.918,60.
2.7.2.1	Registro de Admissões – envio ao TCE	2026-PWL01	CRFB/88, art. 71, inc. III; IN TC nº 38/2016	Verificar se as admissões de servidores efetivos estão sendo encaminhadas ao TCE para fins de registro	Admissões referentes aos Editais de Concurso Público nº 01 e 02/2023	Admissões referentes aos Editais de Concurso Público nº 01 e 02/2023

Rua Dalmácio Espíndula, nº 115, Centro, Santa Maria de Jetibá, ES



**Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

2.7.2.2	Registro de Admissões – apreciação do controle interno	2026-PWL01	CRFB/88, art. 71, inc. III; IN TC nº 38/2016.	Verificar se as admissões de servidores efetivos estão sendo submetidos à apreciação do controle interno por meio de emissão de parecer.	Admissões referentes aos Editais de Concurso Público nº 01 e 02/2023	Admissões referentes aos Editais de Concurso Público nº 01 e 02/2023
---------	--	------------	---	--	--	--

Rua Dalmácio Espíndula, nº 115, Centro, Santa Maria de Jetibá, ES



## 2.1. Constatações e proposições

Monitoramento dos achados das avaliações realizadas nos exercícios/PCA anteriores:

Código	Achados	Proposições/Alertas	Situação
1.2.1	Contas contábeis com saldo que não zeram.	Processo nº 1.737/19 indicando levantamento do saldo contábil através de comissão para este fim. Processo Administrativo 001565/2024, sobre o mesmo tema. Exercício de 2024 - Processo 873/2025.	Monitoramento 2026
1.2.1	Apresentação de divergência nos dados do RH com os lançamentos contábeis efetuados.	Processo nº 1.737/19 indicando levantamento do saldo contábil através de comissão para este fim. Processo Administrativo 001565/2024, sobre o mesmo tema. Exercício de 2024 - Processo 873/2025	Monitoramento 2026
1.2.1	Divergência entre a folha de pagamento e o SEFIP.	Processo nº 1.737/19 indicando levantamento do saldo contábil através de comissão para este fim. Processo Administrativo 001565/2024, sobre o mesmo tema. Exercício de 2024 - Processo 873/2025	Monitoramento 2026



**Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

1.2.1	Divergência entre os valores liquidados e baixados em determinadas contas contábeis.	Processo nº 1.737/19 indicando levantamento do saldo contábil através de comissão para este fim. Processo Administrativo 001565/2024, sobre o mesmo tema. Exercício de 2024 - Processo 873/2025	Monitoramento 2026
1.3.1	Bens em estoque, móveis, imóveis e intangíveis - divergência de valores entre inventário físico e valores registrados na contabilidade	Processo nº 2009/2025 e 2026-7VDHJ.	Monitoramento 2026
1.3.2	Bens em estoque, móveis, imóveis e intangíveis - divergência de valores entre inventário físico e valores registrados na contabilidade	Processo nº 2009/2025 e 2026-7VDHJ.	Monitoramento 2026
1.3.6	O total da conta Ajustes de Perdas de Créditos a longo prazo - 121119904000.P (-) ajuste de perdas de dívida ativa tributária - no importe de <u>R\$ 1.046.814,05</u> e de <u>R\$ 1.397.633,63</u> referente Ajuste de Perdas de Dívida Ativa Não Tributária - 121119905000, totalizando o valor de <u>R\$ 2.444.447,68</u> . Esse ajuste representa <u>63,54%</u> do total da dívida ativa tributária e <u>96,02%</u> da dívida ativa não	Recomendações exaradas no Processo nº 435/2020:  A metodologia utilizada e a memória de cálculo do ajuste para perdas deverão ser divulgadas em Notas Explicativas do Balanço Patrimonial do ano de 2022.  Recomenda-se a Secretaria da Fazenda e a Secretaria Jurídica aprimorar a metodologia de cobrança e recebimentos da dívida ativa com fulcro a diminuir a perda provável da mesma que <u>está altíssima no ajuste de perdas.</u>	Monitoramento 2026



**Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

	tributária no exercício de 2022, sendo o total do ajuste representa <u>78,77%</u> da dívida ativa total do ano de 2022.	Seja requerido a Secretaria de Fazenda que apresente informações quanto ao valor informado para ajuste de perdas e ao item 2.  Seja requerido a Secretaria Jurídica para no próximo exercício forneça relatório de cobrança judicial consolidado.	
--	---	---	--

Achados das avaliações realizadas na PCA atual:

Código	Achados	Proposições/Alertas	Situação
1.3.1	Bens em estoque, móveis, imóveis e intangíveis - divergência de valores entre inventário físico e valores registrados na contabilidade	Processo nº 2026-7VDHJ, recomendações: 1. Regularização das divergências identificadas, especialmente nas contas de almoxarifado e depreciação. 2. Evidenciação em notas explicativas, visando divulgação das inconsistências e dos ajustes realizados.	Monitoramento 2026
1.3.4	Disponibilidades financeiras – depósito e aplicação confirmação externa	Processo nº 2026-N1R19, achados: 1. Divergências em que o saldo contábil é superior ao saldo do extrato; 2. Divergências em que o saldo do extrato bancário é superior ao saldo contábil; 3. Extratos bancários com problemas no processamento.	Monitoramento 2026

Rua Dalmácio Espíndula, nº 115, Centro, Santa Maria de Jetibá, ES



**Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

		Recomendações: 1. Aprimoramento dos procedimentos de conciliação e de rotinas de conferências, incluindo apuração de divergências e regularização de registros.	
1.3.5	Dívida ativa e demais créditos tributários – conciliação do demonstrativo do sistema tributário com as demonstrações contábeis	Processo nº 2026-90JH3. Achados: 1. Ausência de atualização do ajuste de perdas.	Monitoramento 2026
1.3.6	Dívida ativa e demais créditos tributários – cobrança regular	Processo nº 2026-90JH3. Recomendação: 1. Melhoria nas medidas de cobrança com ampliação da efetividade de cobranças.	Monitoramento 2026
2.2.31	Despesa – liquidação	Processo nº 2026-84FKQ. Achados: 1. Parte da amostra selecionada não estava inserido nos autos respectivos os documentos e informações comprobatórias.	Monitoramento 2026
2.2.32	Pagamento de despesas sem regular liquidação	Processo nº 2026-84FKQ. Achados: 1. Parte da amostra selecionada não estava inserido nos autos respectivos os documentos e informações comprobatórias.	Monitoramento 2026
2.3.1	Passivos contingentes – reconhecimento de precatórios	Processo nº 2026-8J8TB. Achados: 1. Registro na conta 213110802000.P – Precatórios de Contas a Pagar – Regime	Monitoramento 2026



**Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

	judiciais	Ordinário – a partir de 05/05/2000 – Vencidos e não pagos no valor de R\$ 13.181,22. Recomendações: 1. Ajuste na conta patrimonial e destaque nas notas explicativas, visto tratar-se de inconsistência.	
2.5.7	Servidores cedidos	Processo nº 2026-L0741. Achados: 1. Identificou-se pendências financeiras significativas, com diversos meses em que a Administração Municipal não foi ressarcida pelos entes cessionários entre os anos de 2024 e 2026.	Monitoramento 2026





### 3. PARECER DO CONTROLE INTERNO

Procedemos ao exame técnico da prestação de contas annual, elaborada sob a responsabilidade do Sr. Ronan Zocoloto Souza Dutra, na qualidade de Prefeito Municipal do Município de Santa Maria de Jetibá, referente ao exercício financeiro de 2025, em conformidade com as normas aplicáveis à Administração Pública e aos princípios que regem a gestão fiscal.

A análise foi conduzida com base nos objetos e pontos de controle previamente definidos, conforme detalhado no item 1 desta manifestação, contemplando a verificação da legalidade, legitimidade, economicidade, eficiência e conformidade dos atos de gestão praticados no período.

Diante dos exames realizados e das evidências obtidas, concluimos, sob o prisma técnico, que a referida prestação de contas deve ser classificada como **regular com ressalvas**, haja vista a identificação de impropriedades e/ou inconsistências de natureza formal que, embora não comprometam de forma material a regularidade da gestão nem resultem em dano ao erário, demandam registro e adoção de medidas corretivas por parte do responsável.

#### 2.1 Ressalvas:

As ressalvas ora consignadas decorrem das constatações e inconformidades evidenciadas no item 1.2 desta manifestação, as quais, embora não comprometam de forma substancial a regularidade das contas, requerem providências corretivas por parte da gestão.

Com vistas ao saneamento das impropriedades identificadas e ao aprimoramento dos controles internos, recomenda-se que o Sr. Ronan Zocoloto Souza Dutra, apresente Plano de Ação detalhado até o prazo máximo de **30 de junho de 2026**, contemplando a definição de medidas corretivas, metas, responsáveis e respectivos prazos para implementação, de modo a assegurar a plena conformidade dos procedimentos administrativos e contábeis.

Santa Maria de Jetibá, 27 de abril de 2026

**Priscila Jacob Knaak**  
Controladora Geral Interna  
Portaria nº 1331/2025



## **ANEXO ÚNICO – DETALHAMENTO DOS PROCEDIMENTOS**

### **RELATÓRIO TÉCNICO** **PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL** (Contas de Gestão do Ordenador de Despesas)

#### **INTRODUÇÃO**

A adequada prestação de contas no âmbito da administração pública constitui um dos pilares da transparência, da responsabilidade fiscal e do fortalecimento do controle social, na medida em que viabiliza a análise consistente da gestão dos recursos públicos. Nesse contexto, a contabilidade aplicada ao setor público desempenha função estratégica ao registrar, organizar e evidenciar os atos e fatos da administração, permitindo a mensuração dos resultados orçamentários, financeiros e patrimoniais.

A Lei nº 4.320/1964, em seu art. 101, estabelece os demonstrativos contábeis essenciais para essa finalidade — Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Balanço Patrimonial e Demonstração das Variações Patrimoniais — os quais constituem a base informacional da prestação de contas governamental.

Com a evolução normativa e a convergência aos padrões internacionais de contabilidade, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, especialmente a NBC TSP 11, ampliaram o conjunto de demonstrações obrigatórias, incorporando instrumentos que aprimoram a transparência e a qualidade da informação contábil, tais como a Demonstração dos Fluxos de Caixa, a Demonstração do Resultado Econômico, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e as Notas Explicativas. Esse conjunto normativo é operacionalizado por meio do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, elaborado em conformidade com a legislação vigente, incluindo a Lei Complementar nº 101/2000 e a Lei nº 10.180/2001, consolidando diretrizes técnicas que orientam a elaboração, padronização e divulgação das informações contábeis no setor público.

Ao final de cada exercício financeiro, a obrigatoriedade de publicação das demonstrações contábeis, devidamente assinadas pelas autoridades responsáveis e



por profissional habilitado, assegura a disponibilização de informações íntegras e confiáveis à sociedade e aos órgãos de controle. Tais demonstrativos constituem instrumentos indispensáveis para a avaliação do desempenho da gestão pública, permitindo a verificação da situação fiscal e patrimonial do ente, bem como a aferição dos resultados alcançados no período.

Nesse cenário, destaca-se o papel institucional da Controladoria Geral Interna do Poder Executivo como órgão central do sistema de controle interno, responsável pela fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, em consonância com o art. 70 da Constituição Federal. Compete a esse órgão não apenas verificar a exatidão das demonstrações contábeis, mas também coordenar o processo de elaboração da prestação de contas anual, promover a integração entre os diversos órgãos da administração e subsidiar o controle externo exercido pelos Tribunais de Contas, em observância ao disposto no art. 74 da Carta Magna.

Dessa forma, a elaboração da Prestação de Contas Anual demanda rigor técnico e estrita observância às normas legais e infralegais aplicáveis, incluindo as diretrizes estabelecidas pelo Tribunal de Contas do Estado. Nesse contexto, a análise ora apresentada fundamenta-se nas disposições normativas vigentes e nos documentos que compõem a prestação de contas, com o propósito de examinar, de forma sistemática e criteriosa, os aspectos contábeis, financeiros e patrimoniais da gestão pública municipal, contribuindo para o fortalecimento da governança, da transparência e da accountability no âmbito da administração pública.

## **1. ITENS DE ABORDAGEM PRIORITÁRIA**

### **1.3 Gestão Patrimonial**

**Ponto de Controle: 1.3.1 - Bens em estoque, móveis, imóveis e intangíveis – registro contábil compatibilidade com inventário.**

**Base Legal:** Lei 4.320/1964, arts. 94 a 96, NBCTSP 4, 7 a 10, IN TC 36, Anexo único, item 7,8,9,15, 16 e 18



**Procedimento:** Foram analisados os valores registrados em bens em estoque, bens móveis, imóveis e intangíveis, confrontando-se as demonstrações contábeis com o inventário anual de 2025. Nesse procedimento, identificaram-se divergências nos registros de estoques e na depreciação dos bens imóveis, as quais deverão ser objeto de verificação e ajuste pela área contábil responsável.

**Critério de classificação:**

- **Atende:** Concluídos os procedimentos de análise detalhados, foram identificadas algumas irregularidades que precisam ser ajustadas e devidamente evidenciadas em notas explicativas.

**Ponto de Controle: 1.3.3 - Disponibilidades financeiras – depósito e aplicação em instituições financeiras Oficiais**

**Base Legal:** LC 101/2000, art. 43 c/c § 3º, do artigo 164 da CRFB/88.

**Procedimento:** Avaliamos se as disponibilidades financeiras foram depositadas em instituições financeiras oficiais.

**Critério de classificação:**

- **Atende:** Concluídos os procedimentos de análise detalhados, não foram identificadas irregularidades passíveis de menção do ponto de controle analisado.

**Ponto de Controle: 1.3.4 - Disponibilidades financeiras – depósito e aplicação confirmação externa**

**Base Legal:** Lei 4.320/1964, arts. 94 a 96.

**Procedimento:** Avaliamos se as demonstrações contábeis evidenciam a integralidade dos valores depositados em contas correntes e aplicações financeiras confrontando os valores registrados com os extratos bancários no final do exercício.

**Critério de classificação:**

- **Atende parcialmente:** Foram identificadas divergências entre os saldos contábeis e os extratos bancários que precisam ser verificadas e ajustadas.

**Ponto de Controle: 1.3.5 - Dívida ativa e demais créditos tributários – conciliação do demonstrativo do sistema tributário com as demonstrações contábeis**



**Base Legal:** Lei 4.320/1964, arts. 94 a 96.

**Procedimento:** Verificamos se o demonstrativo contendo os valores inscritos em dívida ativa do sistema tributário estão em conformidade com os valores registrados no Balanço Patrimonial e Balancete Contábil.

**Critério de classificação:**

- **Atende Parcialmente:** Concluídos os procedimentos de análise detalhados, foram identificadas que são necessárias melhorias nos registros contábeis, especialmente no ajuste para perdas.

**Ponto de Controle: 1.3.6 - Dívida ativa e demais créditos tributários – cobrança regular**

**Base Legal:** LC 101/2000, art. 11.

**Procedimento:** Avaliamos se foram adotadas medidas com vistas à cobrança da dívida ativa e dos demais créditos tributários de competência do ente da federação.

**Critério de classificação:**

- **Atende:** Concluídos os procedimentos de análise detalhados, cabe destacar que há um volume significativo de créditos ainda pendentes de recuperação, neste sentido foi recomendado melhorias na cobrança dos créditos.

## 2. ITENS DE ABORDAGEM COMPLEMENTAR

### 2.2 Gestão fiscal, financeira e orçamentária

**Ponto de Controle: 2.2.28 - Pagamento de passivos – ordem cronológica das exigibilidades**

**Base Legal:** Lei 8.666/1993, arts. 5º e 92, c/c CRFB/88, art. 37.

**Procedimento:** Avaliamos se os passivos estão sendo pagos em ordem cronológica de suas exigibilidades, analisando as liquidações que de acordo com o art. 141 da Lei 14133/2021 e o Decreto 252.2025 devem ser pagas seguindo uma ordem cronológica, então de um total de R\$ 16 milhões foram selecionadas, aproximadamente, R\$ 3 milhões, pois foram deduzidos os pagamentos que não se enquadram nessa



determinação. Feito isso, não foram encontrados pagamentos feitos fora da ordem cronológica.

**Critério de classificação:**

- **Atende:** Concluídos os procedimentos de análise detalhados, não foram identificadas irregularidades passíveis de menção do ponto de controle analisado.

**Ponto de Controle: 2.2.31 - Despesa – liquidação**

**Base Legal:** Lei 4.320/1964, art. 63.

**Procedimento:** Avaliamos se foram observados os pré-requisitos estabelecidos no artigo 63 da Lei Federal nº 4.320/64 para a liquidação das despesas.

**Critério de classificação:**

- **Atende parcialmente:** Concluídos os procedimentos de análise detalhados, foram identificadas melhorias a serem realizadas, especialmente quanto a disponibilização nos autos do empenho dos documentos e informações comprobatórias da liquidação.

**Ponto de Controle: 2.2.32 - Pagamento de despesas sem regular liquidação**

**Base Legal:** Lei 4.320/1964, art. 62.

**Procedimento:** Avaliamos se houve pagamento de despesa sem sua regular liquidação.

**Critério de classificação:**

- **Atende parcialmente:** Concluídos os procedimentos de análise detalhados, foram identificadas melhorias a serem realizadas, especialmente quanto a disponibilização nos autos do empenho dos documentos e informações comprobatórias da liquidação.

## **2.3. Gestão patrimonial**

**Ponto de Controle: 2.3.1 - Passivos contingentes – reconhecimento de precatórios judiciais.**



**Base Legal:** CRFB/88, art. 100. Lei nº 4.320/64, arts. 67 e 105 c/c. NBC TSP Estrutura Conceitual, item 3.10.

**Procedimento:** Analisamos se os precatórios judiciais estão sendo devidamente reconhecidos e evidenciados no balanço patrimonial, observando-se as rubricas previstas no PCASP. E se os passivos contingentes estão sendo devidamente reconhecidos e evidenciados em contas de controle, observando-se as rubricas previstas no PCASP, concluindo-se que não foram realizados pagamentos de precatórios no exercício de 2025, tão pouco há previsão de desembolsos dessa natureza para o exercício corrente, contudo, sendo apontadas algumas recomendações quanto aos lançamentos contábeis e notas explicativas aos demonstrativos.

**Critério de classificação:**

- **Atende:** Concluídos os procedimentos de análise detalhados, não foram identificadas irregularidades passíveis de menção do ponto de controle analisado.

**Ponto de Controle: 2.3.2 - Dívida pública – precatórios – pagamento.**

**Base Legal:** CRFB/88, art. 100 c/c Lei 4.320/64, art. 67.

**Procedimento:** Avaliamos se os precatórios judiciais estão sendo objeto de pagamento, obedecidas as regras de liquidez estabelecidas na CRFB/88, concluindo-se que não foram realizados pagamentos de precatórios no exercício de 2025, tão pouco há previsão de desembolsos dessa natureza para o exercício corrente, contudo, sendo apontadas algumas recomendações quanto aos lançamentos contábeis e notas explicativas aos demonstrativos.

**Critério de classificação:**

- **Atende:** Concluídos os procedimentos de análise detalhados, não foram identificadas irregularidades passíveis de menção do ponto de controle analisado.

## 2.5. Gestão Previdenciária

**Ponto de Controle: 2.5.2- Base de cálculo de contribuições - RPPS**

**Base Legal:** CRFB/88, art. 40 e 195; LRF, art. 69; Lei 9.717/1998, art. 1º.

Rua Dalmácio Espíndula, nº 115, Centro, Santa Maria de Jetibá, ES





**Procedimento:** Procedeu-se à verificação da existência de base de contribuição devidamente regulamentada no âmbito do ente, bem como à análise da conformidade do cálculo e da retenção das contribuições previdenciárias em relação a essa base. Para tanto, foram examinadas informações formalmente solicitadas ao Instituto de Previdência dos Servidores de Santa Maria de Jetibá e à Gerência de Recursos Humanos da Prefeitura de Santa Maria de Jetibá, além de dados disponibilizados no sítio institucional do ente. A partir dessa análise, buscou-se aferir a aderência dos procedimentos adotados às normas legais e regulamentares aplicáveis, assegurando a correta incidência das contribuições e a regularidade dos registros efetuados.

**Critério de classificação:**

- **Atende:** Concluídos os procedimentos de análise detalhados, não foram identificadas irregularidades passíveis de menção do ponto de controle analisado.

**Ponto de Controle: 2.5.4- Alíquota de contribuição – Retenção e recolhimento**

**Base Legal:** CRFB/88, art. 40; LRF, art. 69; Lei 9.717/1998, arts. 1º e 3º.

**Procedimento:** Analisamos se os descontos previdenciários e as contribuições patronais estão obedecendo as alíquotas de contribuição estabelecidas conforme a legislação, com análise às informações requeridas ao Instituto de Previdência dos Servidores de Santa Maria de Jetibá e à Gerência de RH da Prefeitura de Santa Maria de Jetibá; informações presentes no site institucional.

**Critério de classificação:**

- **Atende:** Concluídos os procedimentos de análise detalhados, não foram identificadas irregularidades passíveis de menção do ponto de controle analisado.

**Ponto de Controle: 2.5.5- Guia de recolhimento de contribuições previdenciárias**

**Base Legal:** CRFB/88, art. 40; LRF, art. 69; Lei 9.717/1998 art. 1º.

**Procedimento:** Verificamos se há emissão de guia de recolhimento das contribuições previdenciárias devidas ao RPPS, nas unidades gestoras, com análise às informações requeridas ao Instituto de Previdência dos Servidores de Santa Maria de Jetibá e à





Gerência de RH da Prefeitura de Santa Maria de Jetibá; informações presentes no site institucional.

**Critério de classificação:**

- **Atende:** Concluídos os procedimentos de análise detalhados, não foram identificadas irregularidades passíveis de menção do ponto de controle analisado.

**Ponto de Controle: 2.5.7- Servidores cedidos.**

**Base Legal:** CRFB/88, art. 40; LRF, art. 69; Lei 9.717/1998 art. 1º; Portaria MTP 1.467/2022, art. 4º, inc. I, 19 e 24.

**Procedimento:** Analisamos se o RPPS é cientificado formalmente ou é parte do contrato/termo de cessão de servidores, com análise às informações requeridas ao Instituto de Previdência dos Servidores de Santa Maria de Jetibá e à Gerência de RH da Prefeitura de Santa Maria de Jetibá; informações presentes no site institucional, sendo constatado que, embora o município exerça controle e seja cientificado dos termos de cessão, a auditoria identificou pendências financeiras significativas, com diversos meses em que a Administração não foi ressarcida pelos entes cessionários entre os anos de 2024 e 2026.

**Critério de classificação:**

- **Atende:** Concluídos os procedimentos de análise detalhados, foram identificadas algumas pendências financeiras relevantes que precisam ser ajustadas e devidamente evidenciadas em notas explicativas.

**Ponto de Controle: 2.5.10- Parcelamento de débitos previdenciários – Autorização Legal**

**Base Legal:** CRFB/88, art. 40; LRF, art. 69; Lei 9.717/1998, art. 1º; Portaria MTP 1.467/2022, art. 14 a 17.

**Procedimento:** Verificamos se há acordos de parcelamento de débitos previdenciários e se eles tiveram autorização legislativa por se tratar de dívida fundada. Essa análise foi realizada com base em informações requeridas ao Instituto de Previdência dos Servidores de Santa Maria de Jetibá.

**Critério de classificação:**



- **Atende:** Segundo informações do Instituto não houve acordo de parcelamentos de débitos previdenciários vigentes, não havendo, assim, irregularidades passíveis de menção do ponto de controle analisado.

**Ponto de Controle: 2.5.22- Contabilização da amortização do déficit atuarial**

**Base Legal:** MCASP; Portaria MTP 467/2022, art. 55.

**Procedimento:** Verificamos se houve a correta contabilização dos repasses das amortizações do déficit ao RPPS pela Unidade Gestora devedora, bem como do reconhecimento da receita pelo RPPS em conta específica do plano de contas, analisando as informações presentes no site institucional e das informações requeridas ao Instituto de Previdência dos Servidores.

**Critério de classificação:**

- **Atende:** Concluídos os procedimentos de análise detalhados, não foram identificadas irregularidades passíveis de menção do ponto de controle analisado.

**Ponto de Controle: 2.5.26 - Censo Atuarial**

**Base Legal:** Lei 10.887/2004, art. 3º; Portaria MTP 1.467/2022, art. 47.

**Procedimento:** Verificamos se o ente realiza censo atuarial de todos os servidores ativos, aposentados e pensionistas, com a atualização de todos os dados cadastrais necessários para manutenção de base de dados adequada, sendo analisada as informações requeridas à Gerência de Recursos Humanos (GERHU).

**Critério de classificação:**

- **Atende:** Concluídos os procedimentos de análise detalhados, não foram identificadas irregularidades passíveis de menção do ponto de controle analisado.

## 2.6. Demais atos de gestão

**Ponto de Controle: 2.6.4 - Pessoal – teto.**

**Base Legal:** CRFB/88, art. 37, inciso XI.



**Procedimento:** Avaliar se o teto remuneratório dos servidores públicos vinculados ao órgão obedeceu ao disposto no artigo 37, inciso XI, da CRFB/88, analisamos o Relatório Salário Maior que o Teto, Folha de Pagamento e Ficha financeira, sendo identificados salários que ultrapassaram o teto por meio do relatório Salário Maior que o Teto, verificação da Folha de Pagamento dos meses que excederam Maio e Novembro 2025 e ficha financeira do servidor que tenha recebido acima do teto.

**Critério de classificação:**

- **Atende:** Concluídos os procedimentos de análise detalhados, não foram identificadas irregularidades passíveis de menção do ponto de controle analisado.

## **2.7. Gestão de Pessoas (Folha de Pagamento e Atos de Pessoal)**

### **Ponto de Controle: 2.7.2.1 - Registro de Admissões – envio ao TCE**

**Base Legal:** CRFB/88, art. 71, inc. III; IN TC nº 38/2016.

**Procedimento:** Analisamos se as admissões de servidores efetivos estão sendo encaminhadas ao TCE para fins de registro, com análise dos pareceres das admissões referentes aos Editais de Concurso Público nº 01 e 02/2023.

**Critério de classificação:**

- **Atende:** Concluídos os procedimentos de análise detalhados, não foram identificadas irregularidades passíveis de menção do ponto de controle analisado.

### **Ponto de Controle: 2.7.2.2 - Registro de Admissões – apreciação do controle interno**

**Base Legal:** CRFB/88, art. 71, inc. III; IN TC nº 38/2016.

**Procedimento:** Analisamos se as admissões de servidores efetivos estão sendo submetidas à apreciação do controle interno por meio de emissão de parecer, com análise dos pareceres das admissões referentes aos Editais de Concurso Público nº 01 e 02/2023.

**Critério de classificação:**



- **Atende:** Concluídos os procedimentos de análise detalhados, não foram identificadas irregularidades passíveis de menção do ponto de controle analisado.